

Sobre a formação da cidadania nos documentos oficiais e no material didático e a importância dos gêneros discursivos

Cristine Gorski Severo

ABSTRACT: First, in this article, the locus offered to the citizen subject is analyzed in the official educational documents of the State. We believe that there is a relation between this theme and the discursive genres under Bakhtin's perspective; therefore, the next step is to briefly analyze a didactic book whose focus is the work on genres. We conclude that the emphasis given by the PCN to the citizenship (i) is not considered in the same extension by the other official documents; (ii) is not considered in the didactic book, not even in the way the genre is presented in the book.

KEY-WORDS: Citizenship, genres, didactic book.

RESUMO: Primeiramente, analisa-se o lugar reservado ao sujeito-cidadão nos documentos oficiais do Estado (PCN, PNLD e Ficha de Avaliação do livro didático). Acreditando que existe uma relação entre a cidadania e os gêneros discursivos no sentido bakhtiniano, faz-se uma análise sucinta de um livro didático cujo foco são os gêneros. Conclui-se que a ênfase dos PCN à cidadania (i) não é a mesma nos demais documentos oficiais; (ii) não é contemplada no livro didático, nem mesmo no tratamento dado aos gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania, gêneros, livro didático.

Introdução¹

A preocupação com a formação da cidadania e de sujeitos-cidadãos é clara nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nos PCN de Língua Portuguesa (LP). Esse aspecto também fica evidenciado no Programa Nacional do Livro Didático de 2005 (PNLD) e na Ficha de Avaliação do Livro Didático, na medida em que “formação da cidadania” é considerada um dos três critérios eliminatórios do livro. Dada a indiscutível relevância do tema, pretende-se, neste artigo: (i) rastrear, nos documentos mencionados, aspectos voltados à formação da cidadania; (ii) tecer algumas considerações acerca da pertinência de se tratar o tema da cidadania vinculado a uma abordagem de gêneros discursivos bakhtiniana; e (iii) analisar, em caráter ilustrativo, um livro didático e o respectivo manual do professor, cujo foco principal são os gêneros, com o intento de avaliar em que medida e de que maneira esse material contempla: a) a preocupação com a formação do sujeito-cidadão; b) a articulação entre o trabalho com gêneros e a formação da cidadania.²

A escolha do livro a ser analisado – *Linguagens no Século XXI*, volume destinado à

1 Agradeço as sugestões dos pareceristas anônimos deste texto. Quaisquer falhas são de minha responsabilidade.

2 Convém salientar que os documentos oficiais do Estado não são a última palavra em termos de cidadania. Contudo, não é o objetivo deste trabalho avaliar tal concepção, mas diagnosticá-la e aplicá-la à análise do material didático selecionado.

8ª série do ensino fundamental (4º ciclo) – deu-se pelas seguintes razões: (a) a preocupação visível nos PCN com a formação de um sujeito-cidadão apto a se inserir no mercado de trabalho, uma vez que muitos alunos após o término da 8ª série destinam-se a essa prática; (b) a opção explícita dessa coleção didática por priorizar o ensino de gêneros; (c) a indicação, na forma de resenha, da comissão avaliadora feita a partir da Ficha de Avaliação. Este artigo se configura da seguinte maneira: 1ª seção – considerações sobre a formação da cidadania nos PCN, nos PCN de LP (3º e 4º ciclo), no PNLD e na Ficha de Avaliação; 2ª seção – reflexões sobre a relação entre gêneros discursivos (perspectiva bakhtiniana) e cidadania; 3ª seção – análise do livro didático; seguindo-se a conclusão do trabalho.

1. Considerações sobre a formação do cidadão e da cidadania nos documentos oficiais do Estado

A preocupação com a formação de sujeitos-cidadãos é central nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. O Estado delega à educação escolar a contribuição para a formação de sujeitos que não sejam apenas receptáculos de informações e de conteúdos, mas que sejam críticos, atuantes, autônomos e participativos. A formação da cidadania associa-se, ao longo dos PCN, às seguintes preocupações: que o sujeito seja capaz de atuar com competência, dignidade e com responsabilidade; que não opere pela discriminação, mas sim pelo respeito à pluralidade cultural, social, lingüística; que seja capaz de inserção e participação sócio-político-cultural; que seja capaz de lidar com o mundo do trabalho, ao ter capacidade de iniciativa e de inovação; que desenvolva capacidades importantes para a formação do sujeito, dentre as quais a de inserção social; que seja autônomo. Resumindo, a escola deve “assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania” (PCN, p 27).

Além disso, a importância conferida ao tema da cidadania e à formação de cidadãos fica evidenciada em diversos tópicos presentes nos PCN: nos objetivos gerais do ensino fundamental, na função da escola, nos conteúdos, nos temas transversais, na formação para o trabalho, no desenvolvimento das capacidades do estudante, na auto-avaliação e nas orientações didáticas. Não se pode negar que a preocupação com a formação de sujeitos-cidadãos é o foco norteador dos documentos oficiais do governo nacional sobre o ensino.

No que diz respeito à área de língua, os *PCN de Língua Portuguesa* propõem que, no

decorrer dos quatro ciclos do ensino fundamental, “cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações” (p. 19). Esse documento sugere, tendo em vista a formação da cidadania, que o ensino de LP deve possibilitar ao aluno: utilizar a linguagem em contextos orais e escritos respondendo às demandas sociais; utilizar a linguagem para estruturar experiências e explicar a realidade; reconhecer e valorizar as variedades do português, bem como a do seu grupo social; ampliar a capacidade de análise crítica por meio de conhecimentos oriundos de práticas de análise lingüística; desenvolver a capacidade de avaliação de discursos ao ser capaz de analisá-los criticamente. Este último aspecto torna-se viável mediante a criação de condições para que o aluno seja capaz de contrapor sua interpretação da realidade a diferentes opiniões; de inferir as intenções do autor que aparecem no texto; de identificar referências intertextuais; de perceber os processos de convencimento atuantes em textos orais e escritos; de identificar e refletir sobre os valores sócio-ideológicos e histórico-culturais associados à linguagem e à língua e de reafirmar a sua identidade social. (PCN LP, p. 32-33)

Especificamente quanto ao 3º e 4º ciclos, dentre os objetivos gerais de Língua Portuguesa encontram-se preocupações de possibilitar ao aluno a análise crítica de diferentes discursos; o conhecimento e a valorização da pluralidade lingüística, combatendo o preconceito lingüístico; o reconhecimento e a valorização da fala do próprio grupo; a utilização da linguagem para estruturar as próprias experiências e explicar e ressignificar a realidade. Em outras palavras, “procurando desenvolver no aluno a capacidade de compreender textos orais e escritos e de assumir a palavra, produzindo textos em situações de participação social, o que se propõe ao ensinar os diferentes usos da linguagem é o desenvolvimento da capacidade construtiva e transformadora”(PCN LP p. 41).

O aluno dessa fase deve ser visto como um sujeito em processo de mudanças afetivas, cognitivas, sociais e físicas. A passagem pela adolescência inclui um processo, para o indivíduo, de ressignificação de valores e de “novos desdobramentos para o exercício da cidadania” (Ibid., p. 46), visto que esta etapa implica a necessidade de maior autonomia em tomar decisões e desempenhar atividades. Portanto, sendo “a necessidade fundamental ao jovem a da reconstituição de sua identidade na direção da construção de sua autonomia” (Ibid., p. 47), objetiva-se que o sujeito seja capaz de reconhecer e interpretar as

situações e os problemas, além de reconhecer outras formas de organização de discurso, aprendendo, também, a compreender e valorizar o diferente.

Quanto às orientações didáticas para o ensino de LP no 3º e 4º ciclos, salienta-se a importância do professor considerar o aspecto da variação lingüística, valorizando as variedades existentes na língua e evitando problemas de discriminação lingüística que retratam os conflitos presentes na sociedade. Dessa maneira, “é importante que o aluno, ao aprender novas formas lingüísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades lingüísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana”(PCN LP, p. 82). Tendo em vista esse aspecto, os PCN ressaltam a necessidade de inserção do estudo da variação nas atividades de Língua Portuguesa.

Em resumo, percebe-se que a formação da cidadania não pode ser vista como um item isolado, como um objetivo a mais proposto pelos PCN. O tema não apenas norteia a exposição sobre o ensino no documento, como também atravessa e se torna constitutivo dos diversos aspectos abordados, como o da relação intrínseca que deve haver entre conteúdos e a formação da cidadania, ou então da relação entre os temas transversais e práticas cidadãs. Consideremos agora o *PNLD*. Segundo esse documento oficial, um bom livro didático “deve contribuir para a construção da ética necessária ao convívio social democrático”, uma vez que o objetivo último da educação escolar é “preparar o educando para o exercício da cidadania” e “qualificá-lo para o trabalho” (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Título II, art. 3º*) (PNLD, p. 30).

Os princípios e critérios de avaliação dos livros didáticos podem ser eliminatórios ou classificatórios. A preocupação com a cidadania encontra-se entre os primeiros, que caracterizam um padrão mínimo de qualidade para o ensino e que, se não correspondidos, justificam a exclusão do livro. Os critérios eliminatórios gerais são: “(i) correção dos conceitos e informações básicas; (ii) coerência e adequação metodológicas; (iii) *contribuição para a construção da cidadania*”³ (p.31; destaque acrescido). No que tange ao terceiro critério, o PNLD 2005 postula o seguinte:

Em respeito à Constituição do Brasil e para contribuir efetivamente para a construção da

3 Além desses três, o PNLD prevê mais quatro critérios essenciais: “(i) inscrição de uma única versão ou variante de uma obra; (ii) ausência de erros de impressão e de revisão; (iii) adequada reformulação pedagógica de obras excluídas no PNLD/1999 ou PNLD/2002; (iv) articulação pedagógica dos volumes que integram uma coleção didática.” (p. 31)

ética necessária ao convívio social e à cidadania, a obra didática não poderá:

- (i) veicular preconceitos de origem, cor, condição econômico-social, etnia, gênero, linguagem e qualquer outra forma de discriminação;
- (ii) fazer doutrinação religiosa, desrespeitando o caráter leigo do ensino público;
- (iii) utilizar o material escolar como veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais. (p. 32)

Segundo o PNLD, o ensino de Língua Portuguesa no 3º e 4º ciclos, tendo em vista o perfil de aluno e as experiências que ele teve com o 1º e 2º ciclos, possui características próprias: (i) visa aprofundar a apropriação de formas orais e escritas de textos em diferentes situações sociais de uso da língua, e a reflexão sobre o funcionamento da língua em contexto real; (ii) considera que “o caminho deste aluno em direção à autonomia e à cidadania está já mais delineado e avançado. Isto implica uma maior importância, no ensino destinado a estes ciclos, da busca da autonomia e da contribuição para a *construção da cidadania*”(p. 57; grifo acrescido); e (iii) salienta o fato de que

ao final do Ensino Fundamental, a destinação do aluno é bastante variada. Embora fosse desejável que o conjunto dos alunos buscassem o Ensino Médio, sabemos que, para muitos deles, a terminalidade do ensino fundamental coincide com a saída da escola e o ingresso no mercado de trabalho formal ou informal. Portanto, com uma prática de cidadania mais efetiva. Este terceiro ponto intensifica as responsabilidades a cargo destes ciclos do ensino fundamental e, no que tange à área de Língua Portuguesa, suas responsabilidades para com a formação do leitor proficiente e crítico e do locutor capaz de uso racional, eficiente e democrático da linguagem em situações privadas e públicas, que contribui para a formação das práticas cidadãs (p. 58).

A *Ficha de Avaliação*, por sua vez, é composta por critérios de avaliação do livro didático, a serem observados pelos especialistas da área que analisarão o livro. A avaliação inclui procedimentos técnicos, metodológicos e operacionais. Desde o PNLD de 1994, algumas reformulações e alterações foram feitas, dentre as quais, a parceria do MEC com Universidades Públicas e a avaliação do livro didático não mais por série, mas por coleção, objetivando-se, com isso, manter uma coerência entre os conteúdos e a metodologia aplicada.

A Ficha de Avaliação contempla três critérios eliminatórios que, se não preenchidos, justificam a exclusão do livro: correção e articulação dos conceitos e informações básicas; coerência e pertinência didático-metodológicas e *construção da*

cidadania.⁴ Sobre o último critério, os seguintes quesitos devem ser observados:

- A coleção, no tratamento dos textos escritos e/ou imagens, é isenta de preconceitos que levam a discriminações de qualquer tipo? (1/0)
- A coleção, no tratamento dos textos escritos e/ou das imagens, é isenta de preconceitos contra variedades lingüísticas não-dominantes (dialetos, registros etc)? (1/0)
- A coleção é isenta de propaganda e doutrinação religiosas? (1/0)
- A coletânea é isenta de textos escritos e/ ou imagens que atentem contra a integridade da criança e do adolescente, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente? (1/0)
- A coleção aborda a diversidade da experiência humana com respeito e interesse, contribuindo para a formação de cidadãos preparados para o convívio social e a tolerância? (1/0)
- A coleção colabora para a construção da ética democrática e plural (atitudes e valores)? (1/0) (*Ficha de Avaliação*, 2005).

Retomando os documentos aqui mencionados, pode-se observar que os PCN deixam clara a vinculação da cidadania e da formação do cidadão ao currículo escolar. Nesse sentido, não se trata de tomar a construção de sujeitos-cidadãos como um assunto extra, mas sim de incorporar a cidadania à estrutura da educação (dos conteúdos, inclusive). Já o PNLD e a Ficha de Avaliação, quando expõem os critérios de avaliação do livro didático, explicitamente colocam a questão da cidadania como mais um item de avaliação, como se ela não estivesse, desde já, incorporada aos demais itens. A formação da cidadania parece ser vista, pelo PNLD, como uma entidade separada das práticas concernentes aos conteúdos, à metodologia, à produção de textos escritos e orais. (cf. SEVERO, 2005)

Face ao exposto, espera-se que o livro didático aborde a questão da cidadania segundo os critérios dos PCN, incorporando-a aos variados aspectos já mencionados (conteúdos, temas transversais, auto-avaliação, etc). Acredita-se que uma forma de trabalhar a cidadania, conforme a proposta dos PCN, é através dos gêneros discursivos de perspectiva bakhtiniana. É desse assunto que trata a próxima seção.

2. Breves reflexões sobre o gênero discursivo e a formação da cidadania

A perspectiva bakhtiniana de gêneros discursivos trata do estudo da língua em

⁴ Os *demais critérios* são: a natureza material do texto; as atividades de leitura e compreensão de textos; as atividades de produção de textos escritos; o trabalho com a compreensão e a produção de textos orais; o trabalho sobre os conhecimentos lingüísticos; o manual do professor; os aspectos gráfico-editoriais.

diversas esferas sociais de uso, não desvinculando esse estudo do contexto de produção discursiva. A língua não é vista como uma estrutura fechada em si, mas heterogênea e passível de modificações em decorrência de fatores sócio-históricos. Na fala de Bakhtin, “tomamos a língua não como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma língua ideologicamente saturada, como uma concepção de mundo, e até como uma opinião concreta que garante um maximum de compreensão mútua, em todas as esferas da vida ideológica” (1998, p. 81).

Nessa ótica, trata-se da língua tomada como discurso e do enunciado tomado como unidade da comunicação discursiva. Assim, tem-se que “o discurso pode existir na realidade tão somente na forma de enunciados concretos pertencentes aos falantes ou sujeitos do discurso. O discurso sempre está traduzido na forma do enunciado que pertence a um sujeito discursivo determinado e não pode existir fora desta forma”⁵ (BAKHTIN, 2002, p. 260).

Estabelece-se, dessa maneira, uma articulação muito próxima entre língua, discurso, sujeito, enunciado e situações de produção. Cada sujeito constitui-se na medida em que se inscreve em determinada situação social de interação, dentro de um domínio social, apropriando-se de determinado gênero que possui sua finalidade própria, bem como sua destinação. Os gêneros associam-se às diversas esferas de atividade humana, sendo que os sujeitos se apropriam da língua para se inscreverem nestas esferas: “A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na eleição de um gênero discursivo determinado” (Ibid., p. 267).

Sendo assim, os sujeitos, quanto mais se apropriam dos diversos modos de comunicação que circulam socialmente (gêneros), mais são capazes de se posicionar no mundo. Esse aspecto é, sem dúvida, concernente à cidadania, entendida, conforme os PCN, como participação social e política. Para que tal participação ocorra, é necessário que os sujeitos se apropriem dos modos de comunicação que circulam pela sociedade. Mas tal apropriação se dá pela “imersão” das pessoas nessas situações (reais) de uso da língua e não – apenas – pela prática de identificar e classificar o gênero.

3. Sobre a análise do livro didático

5 As traduções ao longo deste texto são de minha responsabilidade.

São consideradas, para fins desta análise, as postulações acerca da formação da cidadania presentes nos PCN e PCN de Língua Portuguesa, além das reflexões sobre a relação entre cidadania e gêneros discursivos (cf. seção 2). A análise do livro didático recai sobre o manual do professor e algumas unidades do volume da coleção *Linguagens no século XXI* (TAKAZAKI, 2002) destinado à 8ª série; e sobre a forma como se dá a vinculação entre o manual, algumas seções do livro didático e as propostas dos documentos do Estado. São discutidos os seguintes aspectos: (i) a maneira como o livro didático incorpora a questão da cidadania; e (ii) a relação da cidadania com os gêneros discursivos, tomando-se como base a perspectiva bakhtiniana.

3.1 O manual do professor

Em termos gerais, nota-se no manual do professor uma preocupação em relacionar língua e sociedade (o enfoque do livro é sociointeracionista), todavia tal relação não chega a iluminar o lugar e a importância do “acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania” (PCN, p. 19). Ao examinar o manual, pelo menos quatro aspectos, naturalmente pertinentes à cidadania, chamam-nos a atenção: a própria noção de cidadania e o lugar a ela destinado na escola; o papel da escola na sociedade; os temas transversais; e a concepção de gênero – conforme exposto a seguir.

De início, cabe salientar que os PCN enfatizam como um dos objetivos do ensino fundamental a compreensão dos alunos sobre a cidadania e a sua prática no meio social, uma vez que se espera que os alunos sejam capazes de “compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e de repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito”(p. 69). Contudo, a autora do livro didático parece não dar a mesma ênfase ao assunto, especialmente quando trata da questão (cidadania) em apenas duas ocasiões: primeiramente, ao admitir que “é através do conhecimento, do domínio da ciência e do desenvolvimento tecnológico que o homem adquire meios para compreender e transformar a realidade material (natureza) e a sociedade em que vive, tornando-se apto a exercer a sua cidadania” (p. 04) – nesse caso, a cidadania associa-se à *capacidade* transformadora da realidade; em segundo lugar, ao afirmar que “ciência, ética, tecnologia, linguagem, cultura e cidadania são parte de uma

realidade que transforma e é transformada continuamente” (p. 06) – a cidadania deixa de ser vista como capacidade e passa a fazer parte da realidade, passível, portanto, de ser transformada e de ser transformadora. Esses deslizos e a falta de precisão no uso do termo “cidadania” indicam, a meu ver, uma certa desconsideração sobre o assunto.

Esperava-se que a questão da cidadania se impusesse com mais força ao se tratar do papel da escola na sociedade. Entretanto, o manual nem sequer menciona que um desses papéis seria investir na formação da cidadania e do sujeito-cidadão; nos quatro itens apontados no manual como papel da escola, não há referência explícita à cidadania⁶. Ademais, considerando que o livro se destina a alunos do 4º ciclo, o manual não expõe nenhum tipo de preocupação com a formação do sujeito adolescente e com o desenvolvimento da sua cidadania. Todavia, os PCN atentam para o fato de que, em muitos casos, os alunos, após terminarem o 4º ciclo, se voltam para o mercado de trabalho, o que enfatiza a necessidade de se investir em uma educação que possibilite as práticas cidadãs em situações sociais reais, como “a busca de serviços, as tarefas profissionais, os encontros institucionalizados, a defesa de seus direitos e opiniões” (PCN LP, p. 25).

Outro espaço propício à formação da cidadania é o dos temas transversais, uma vez que esses “oferecem inúmeras possibilidades para o uso vivo da palavra, permitindo muitas articulações com a área de LP, como: a possibilidade de poder expressar-se autenticamente sobre questões efetivas; a diversidade dos pontos de vista e as formas de enunciá-los; a convivência com outras posições ideológicas, permitindo o exercício democrático; os domínios lexicais articulados às diversas temáticas” (PCN, p. 40). Mas a autora não menciona os temas transversais no manual, provavelmente porque trabalhar a cidadania vinculada aos temas não é o objetivo do livro.

Por fim, quanto à concepção de gênero, esta se fundamenta em uma noção de gênero textual, o que se evidencia no uso indistinto feito pela autora dos termos “texto” e “gênero” para definir, por exemplo, reportagens, telenovelas, notícias, instruções, cartas, poemas etc. Nessa linha, o aluno seria conduzido à identificação do gênero, priorizando, num plano analítico, as suas características lingüísticas e o reconhecimento de sua finalidade. A autora, ao enfatizar a importância de traços lingüísticos para a qualificação de certo gênero/ texto, não considera que, numa perspectiva bakhtiniana, a “forma” lingüística

6 Os quatro itens são a democratização, a transformação, a mediação e a globalização.

estaria submetida às variadas demandas sociais de comunicação verbal/ social, que determinariam os usos de certos gêneros e, portanto, de certas construções lingüísticas. Os gêneros, ao serem vistos dessa maneira – apenas como objeto de estudo e análise –, não propiciam ao aluno a apropriação de diferentes modos de comunicação verbal e, portanto, de inserção na realidade social. Ressalte-se que são os aspectos social e político envolvendo os gêneros (formas de interação verbal) que permitem uma vinculação desses à formação da cidadania. Como a autora não prioriza aqueles aspectos, a questão da cidadania recai para um plano secundário, sendo trabalhada indiretamente.

3.2 O livro didático

O volume da 8ª série é composto de sete unidades, cada uma delas estruturada a partir de um texto inicial. Não há uma seqüência padronizada de seções – estas se organizam em função de aspectos que podem ser explorados a partir de cada texto –, mas em todas as unidades estão presentes os seguintes tipos de atividades: prática de leitura, prática de produção de texto, análise e reflexão lingüística, e língua oral. Ao longo do livro também há sugestões de elaboração de projetos e, no final, há um apêndice gramatical que apresenta explicações referentes à ortografia oficial, às regras de concordância e regência e à pontuação. O livro contempla uma diversidade textual que possibilita o trabalho com gêneros textuais variados. A questão da cidadania vinculada aos gêneros é o foco da análise a seguir.

O primeiro aspecto que chama a atenção é a concepção de gênero apresentada no livro didático. Já na primeira unidade, a classificação dos gêneros ocorre pela identificação das seqüências discursivas e de outras especificidades, como se pode notar no trecho seguinte:

Gêneros do discurso

Como você já viu, os textos possuem seqüências discursivas diferentes, que podem ser narrativas, descritivas, argumentativas, explicativas ou conversacionais. No entanto, a identificação dessas seqüências, por si só, não distinguem um texto de outro. Outras características devem ser observadas para incluir um texto em uma determinada classificação. Afinal um conto é muito diferente de uma reportagem, mesmo que, em ambos, predomine a narrativa. (p. 26)

Note-se que a autora fala, primeiramente, em “gêneros do discurso”, o que nos

remete a uma perspectiva bakhtiniana. Entretanto, mais adiante, ela utiliza uma outra terminologia, como pode ser visto na passagem: “Considerando que todo texto é o resultado de uma interação social, podemos encontrar infinitos *gêneros de texto*: notícia, poema, propaganda [...] etc.” (p. 26; grifo acrescentado). Essa confusão terminológica provavelmente reflete uma falta de precisão conceitual, em que a concepção de discurso/texto se fundamenta, prioritariamente, em aspectos lingüístico-textuais e não em aspectos sócio-político-culturais como em uma visão bakhtiniana.

Em seguida, o livro sugere uma atividade com cinco textos diferentes (descontextualizados), que os alunos devem tentar identificar a que gêneros pertenceriam, em que suportes textuais eles seriam encontrados e se os interlocutores seriam específicos. Essa atividade reforça a idéia de que os gêneros são classificados de acordo com suas características formais. Posteriormente, solicita-se uma pesquisa: que os alunos recortem de um jornal uma carta de leitores, uma receita de cozinha, uma entrevista, um artigo, uma história em quadrinhos, uma anúncio publicitário, a sinopse de um filme, um anúncio classificado, e que preencham uma ficha segundo o modelo (p. 28):

Gênero de texto: anúncio classificatório

Seqüência discursiva predominante: descrição

Finalidade: anunciar a venda de um apartamento.

Infere-se dessas propostas que: (i) os gêneros não são classificados apenas a partir dos tipos de seqüências textuais, mas estes oferecem pistas para identificá-los; (ii) a classificação do gênero inclui a identificação da finalidade e do suporte ao qual o texto é veiculado. Podemos destacar como aspectos positivos desse tipo de trabalho: (a) não associar diretamente seqüência textual e gênero; (b) os alunos fazem um excelente exercício lingüístico-textual de identificar as seqüências presentes numa variedade de textos; (c) os alunos são levados a refletir sobre a finalidade dos textos que lêem. Há, entretanto, alguns aspectos negativos: (a) o exemplo exposto acima para a realização da pesquisa pode ser tomado como um modelo classificatório dos gêneros, o que é problemático, uma vez que tantos outros aspectos (não trabalhados pela unidade) ajudam a “diagnosticar” o gênero; (b) sugere-se um trabalho com os gêneros que circulam pelo suporte “jornal”, sem que os alunos sejam inscritos na prática social de leitores de jornal (ou de classificados, charges, etc.).

A perspectiva de gênero adotada pela autora não favorece uma vinculação entre

gênero e formação do sujeito-cidadão. O material didático não considera que a apropriação de certos gêneros discursivos implica certos modos de relação com o mundo e, portanto, de ser sujeito. Os alunos não são levados a se inscrever no gênero de forma que sejam capazes de utilizá-lo socialmente – situação em que se exerce a cidadania, já que esse exercício diz respeito a modos de ser/ agir/ estar no mundo através da apropriação dos gêneros discursivos pertencentes às diferentes esferas sociais de uso da língua.

Avançando na análise, particularizou-se um gênero específico para ser examinado no livro didático, recaindo a escolha sobre a proposta de trabalho com a charge que, no manual do professor, é considerada um gênero textual. No decorrer da unidade 6 onde é trabalhada, a charge é apresentada nos seguintes termos:

As charges estão presentes em todos os principais jornais e revistas de informação geral que circulam no país. Nas páginas desta unidade, você terá a oportunidade de analisar o procedimento usado para a produção de charge: se foi construída a partir do uso particular da linguagem verbal, da linguagem visual, ou se, finalmente, a charge depende da relação de ambas. Você conhecerá também alguns dos recursos que a charge utiliza para obter a adesão do leitor às idéias ali contidas. Vale lembrar que, como texto de humor, a charge também pode manifestar preconceitos e visões de mundo de forma implícita. (p. 161)

Observe-se que a autora está atenta, basicamente, aos procedimentos usados para a produção da charge. Ao longo dessa unidade, o livro assemelha a charge à história em quadrinhos, quanto ao recurso pictórico utilizado em ambas: “Assim como se aprende a ler palavras, também se aprende a ler imagens. Os recursos utilizados nas charges são os mesmos das histórias em quadrinhos” (p. 170). Novamente, a autora direciona sua atenção a aspectos formais envolvidos na construção do texto em questão. Ademais, apesar de o livro mencionar que para um bom entendimento da charge o leitor deve fazer referências ao contexto social/ político/ cultural ao qual ela corresponde, percebe-se que o trabalho da charge como gênero discursivo fica a desejar, o que implicaria não apenas a necessidade de os leitores estarem inseridos no contexto a que ela se refere, mas, também, de estarem inseridos na prática social à qual ela se destina.

Por fim, o livro parece centrar o estudo da charge nas questões lingüístico-textuais e na decifração da informação nela contida, passando a mesma pelo conhecimento de mundo do leitor. Não se pode esquecer, no entanto, que uma charge dentro de um jornal é diferente de uma inserida em uma revista com certo estilo, e de outra apresentada num livro didático,

por exemplo. De fato, trata-se de enunciados diferentes, por terem funções, domínios discursivos, condições de produção, leitores e suportes diferentes. A cidadania poderia ser trabalhada ao se considerarem os aspectos próprios da charge tida como um modo de interação verbal entre as pessoas.

Considerações finais

Neste artigo procurou-se mostrar o lugar conferido à cidadania em documentos oficiais do Estado e em um livro didático de Língua Portuguesa. Segundo os PCN, a formação da cidadania é um dos objetivos da escola e deve atravessar a prática escolar. Por acreditar que uma das formas de trabalhar a cidadania é através dos gêneros discursivos de perspectiva bakhtiniana, procedeu-se à análise de um livro didático cujo foco principal são os gêneros, objetivando avaliar como a cidadania é enfocada, especialmente quanto à perspectiva de gêneros adotada pelo material didático.

Viu-se que o livro *Linguagens no Século XXI* prioriza o trabalho com os *gêneros textuais*, sendo que cada unidade gira em torno do *tipo de texto*, abordando as *seqüências discursivas* que estariam presentes em cada tipo textual. A questão da cidadania não recebe muita atenção, especialmente pelo fato de a autora, ao fazer suas considerações epistemológicas – a partir de uma perspectiva sociointeracionista – sobre o ensino, o aluno, a escola e a sociedade, não levar em conta a formação do sujeito-cidadão. Os temas transversais também não são abordados, o que diminui a possibilidade de trabalho com a cidadania. O livro didático, em se tratando de gêneros, parece atribuir um peso maior para os aspectos lingüístico-textuais do que para os sócio-político-culturais. A preocupação mais evidente é que o aluno seja capaz de reconhecer e classificar o gênero, em detrimento de desenvolver a capacidade de apropriação de determinada forma de comunicação social e, portanto, de inscrição na realidade social. Ademais, pouca atenção é oferecida às formas de interação verbal necessárias para a inscrição dos alunos nas práticas sociais do trabalho, tendo em vista que o livro analisado é destinado a alunos do final 4º ciclo, quando muitos deles se voltam para o mercado profissional.

Referências

BAJTÍN, M. M. *El problema de los géneros discursivos*. In: Estética de la creación verbal.

1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hicitec, 1988.

MEC/SEF. *Ficha de Avaliação do Livro Didático, 2004*. Disponível em <www.fnde.gov.br/programas/pnld/index.html> Acesso: 06 de julho de 2004.

MEC/SEF. *Guia do Livro Didático 2005, de Língua Portuguesa (volume 01)*. Disponível em <www.fnde.gov.br/programas/pnld/index.html> Acesso: 30 de junho de 2004.

MEC/SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Disponível em <www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm> Acesso: 30 de junho de 2004.

MEC/SEF. *PCN de Língua Portuguesa*. Disponível em <www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm> Acesso: 30 de junho de 2004.

MEC/SEF. *PNLD 2005, edital*. Disponível em <www.fnde.gov.br/programas/pnld/index.html> Acesso: 06 de julho de 2004.

SEVERO, Cristine G. A questão da cidadania como meta da educação nacional: análise de documentos oficiais do governo. *Desempenho*, n. 4, 2005. p. 94-113.

TAKAZAKI, Heloísa H. *Linguagens no Século XXI*, 8ª série: manual do professor. São Paulo: IBEP, 2002. (Coleção Vitória Régia).